

**NAÇÃO, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO NO AMBIENTE  
INTELECTUAL DOS ANOS 50: livros didáticos e a obra de Anísio  
Teixeira**

**Aluna: Claudia Barroso Roquette-Pinto Bojunga  
(CNPq, março de 2008 a julho de 2009)  
Orientador: Luís Reznik**

**Introdução**

No pós-II Guerra Mundial o clima no Brasil era de otimismo em relação aos rumos que o país tomaria. Com o fim do período autoritário de nove anos de Estado Novo (1937-1945) e a promulgação, em 1946, de uma nova Carta, liberdades individuais que até então inexistiam ou haviam sido cerceadas passam a ser garantidas, como a realização de eleições e a livre e pública manifestação de idéias. A discussão de um projeto de nação era central no ambiente político-intelectual ao longo da década de 1950 e os conceitos de nação, democracia e desenvolvimento eram paradigmáticos desse pensamento. O mundo encontrava-se polarizado pela Guerra Fria, o que trazia características específicas e diferentes possibilidades para a democratização do país.

A análise do discurso de um dos intelectuais paradigmáticos do período, Anísio Teixeira (1900-1971), ajuda a compreender como a ambiência político-intelectual era formada e, em consequência, formava os cidadãos que tinham acesso a ela. Baseados nos mesmos conceitos-chave de nação, democracia e desenvolvimento, o estudo dos livros didáticos complementa esse panorama já que também traz um reflexo da produção intelectual de seu tempo. Helio Vianna (1908-1972) e Basílio de Magalhães (1874-1957), os autores trabalhados, não se dedicaram somente a tarefa de elaborar as obras lidas pelos alunos da década de 1950, eram intelectuais com atuações importantes em várias áreas, tendo escrito muitos outros livros.

Mesmo com um conteúdo dedicado aos bancos escolares, é possível perceber que as idéias políticas de cada um acabam sendo transmitidas para os textos de maneira sutil, já que é impossível para cada autor se desvencilhar das suas condições históricas e sociais.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, Vianna veio de Belo Horizonte, onde nasceu, para a então capital em 1920. Foi na cidade que, durante a década de 1930, participou da Ação Integralista, movimento que defendia em textos publicados sobre a história do país. Com o golpe de Getúlio Vargas em 1937 – que marca o início do Estado Novo – ocorreu a dissolução da Ação Integralista. Nesse período, ele se afastou da militância e passou a se dedicar a dar aulas e a realizar pesquisas históricas, que resultaram em livros como *História das Fronteiras do Brasil*, *A Educação no Brasil Colonial*, *Contribuição à História da Imprensa brasileira: 1812-1869* e *Estudos de História Imperial e Capistrano de Abreu: Biografia*. Também ministrou disciplinas, como História do Brasil, na Universidade do Brasil, e História da América, na PUC-Rio.

O também mineiro Magalhães, nascido em Barroso, foi jornalista, professor, administrador e político. Oriundo de classes sociais menos favorecidas, era filho de empregados de uma fazenda e mestiço. Patrono do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro de São João Del-Rei e autor de vários livros (*Estudo de História Colonial*, *O café*, *Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII*, entre outros), mereceu um verbete no famoso *Dicionário do Folclore Brasileiro* de Câmara Cascudo (1898-1986).

Através do objeto escolhido, também temos acesso a uma versão simplificada da produção historiográfica do país. A análise de livros didáticos de História da década de 1950 torna possível entendermos como os autores dessas obras – imbuídos dos ideais de seu tempo – operam com os conceitos de nação, democracia e desenvolvimento. Que períodos históricos e que características estão, em seus discursos, ligados a cada um desses conceitos? As mesmas indagações serviram de fio condutor na pesquisa da obra de Anísio Teixeira.

Por isso, um breve relato sobre sua biografia também se faz necessário. Anísio Teixeira nasceu na Bahia no município de Caetitê (1900-1971). Muito católico, com um

desempenho escolar que se destacava e pela influência de alguns professores, tinha em mente se tornar padre, mas acabou não seguindo esse caminho e dedicou sua vida à educação.

Formado em Direito (1922), pela Faculdade de Direito do Distrito Federal, cursou pós-graduação nos Estados Unidos, onde recebeu, em 1928, o título de master of arts pelo Teacher's College – Universidade de Colúmbia (Nova York).

Formulador de teorias e políticas educacionais, jamais se restringiu ao plano intelectual. Não era um acadêmico encerrado em seus livros. A trajetória profissional de Anísio Teixeira mostra como ele foi, principalmente, um homem de ação, que realizou muitas de suas idéias nos diversos cargos públicos que ocupou.

Com apenas 24 anos tornou-se diretor de Instrução do estado da Bahia, cargo que corresponde hoje ao de secretário de Educação. Também foi diretor-geral do Departamento de Instrução do Rio de Janeiro (1932), capital federal à época, e secretário de Educação e Saúde Pública do governo baiano, em 1946. Entre outras funções, também foi um dos fundadores, junto com Darcy Ribeiro, da Universidade Nacional de Brasília em 1961.

Ao mesmo tempo em que sua carreira é marcada pela ação, nunca abandonou a produção intelectual, tendo publicado vários livros. Dentre eles estão: *Em marcha para a democracia* (1934), *Educação para a democracia: uma introdução à administração escolar* (1936), a *Educação e a crise brasileira* (1956) e *Educação não é privilégio* (1957).

Dados que fundamentam por que ele pode ser considerado uma figura balizadora do ambiente político intelectual da década de 1950, o que foi reconhecido, inclusive, por seus contemporâneos.

Expressão do pensamento dos autores e de seu tempo, os conceitos analisados estavam presentes em dois nichos documentais diferentes e complementares do ambiente político e intelectual da década de 1950 no Brasil.

## **Metodologia**

Dando prosseguimento a análise da obra de Anísio Teixeira iniciada em 2008, um novo livro foi selecionado [**A educação e a crise brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. 420p]. Com o fichamento dos capítulos “A educação e a unidade nacional”, “A crise educacional brasileira” e “Padrões brasileiros de educação (escolar) e cultura” foi possível observar como os conceitos nação, democracia e desenvolvimento eram trabalhados pelo autor.

No ano passado, a pesquisa centrou-se somente na obra *Educação não é privilégio* [**Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994] e no conceito de democracia dentro dela.

Para embasar essa reflexão sobre a história dos conceitos (mais especificamente os conceitos nação, democracia e desenvolvimento), em um primeiro momento fizemos leituras teórico-metodológicas que auxiliassem e instrumentalizassem a análise dos documentos, como de Reinhart Koselleck [História dos conceitos e história social”, “Modernidade: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade” e “Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas”, “O futuro passado dos tempos modernos” In: **Futuro passado**] e de J.G.A Pocock [“O estado da arte”. In: **Linguagens do ideário político**]. As leituras foram seguidas de discussões em grupos que auxiliaram à compreensão dos textos selecionados.

Também lemos outros textos do mesmo recorte temporal da pesquisa, o que contribuiu para termos uma perspectiva mais variada sobre o período, diferente da dos autores selecionados. [JAGUARIBE, Hélio. “Que é o ademarismo?” Cadernos do Nosso Tempo, n. 2, jan.-jun. 1954]. Com uma apresentação do professor Luís Reznik a respeito desses documentos, obtivemos informações adicionais sobre o contexto estudado (que talvez não fossem trabalhadas caso os documentos não entrassem na pesquisa). Além disso, com essa atividade foi possível notar que uma visão plural de um mesmo tempo é fundamental para se chegar a sua complexidade histórica.

Em uma segunda etapa, fizemos um levantamento de livros didáticos na Biblioteca Nacional e na internet. Um novo tipo de documento entraria na pesquisa. A

partir da escolha dos primeiros livros que cada pesquisador iria analisar – selecionados pelo orientador – começamos a reflexão sobre os conceitos de democracia, nação e desenvolvimento. Fiquei encarregada dos textos de Basílio de Magalhães [**História do Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1957] e Helio Vianna [**História do Brasil para o terceiro ano colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952].

Realizei um fichamento, assim como um levantamento dos termos centrais da pesquisa nessas obras, além de elaborar comentários sobre o que cada autor atribuía aos conceitos de nação, desenvolvimento e democracia. Com reuniões periódicas da equipe com o orientador realizamos discussões em que destrinchamos esses textos, o que possibilitou a troca do conteúdo que cada pesquisador abordou. Assim, pudemos observar paralelos entre os autores e as obras, o que contribuiu para as conclusões.

Por último cada aluno elaborou um relatório sobre seus livros entregue ao orientador. Depois de fazer comentários em todos os textos, nos reunimos com o professor Luiz Reznik que nos explicou suas ponderações. Os trabalhos foram, então, refeitos e enviados novamente ao professor para compor a apresentação do orientador na Associação Nacional de História (Anpuh), este ano em Fortaleza.

O grupo de pesquisa, orientado por Reznik, conta com outros dois bolsistas que seguiram os mesmos procedimentos metodológicos citados, com diferenças apenas nos autores selecionados. Os conceitos de nação, democracia e desenvolvimento foram trabalhados no pensamento de Helio Jaguaribe (nascido em 1923), por Amanda Terêncio, e na obra Celso Furtado (1920-2004) por Walmyr Júnior. Junior e Amanda também analisaram esses conceitos-chaves na pesquisa em livros didáticos.

O grupo atual dá prosseguimento ao trabalho de outros pesquisadores, que já haviam analisado os mesmos conceitos nos debates políticos na imprensa durante o período das eleições presidenciais de 1950, 1955 e 1960.

## Conclusões

### Livros didáticos

Em uma análise preliminar e comparativa dos dois primeiros livros selecionados – dentro dos temática de Brasil Império até o último tema tratado por cada um dos livros– [**História do Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1957 e **História do Brasil para o terceiro ano colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952] foi possível notar semelhanças e diferenças entre os dois autores.

Lendo *História do Brasil* de Magalhães é possível observar que o autor oferece uma visão positivada sobre o novo regime. Basílio observa que a disseminação da idéia republicana havia trazido progresso para o Brasil. Classifica o império como elemento exógeno à História do país, que teria sido quase como um desvio da trajetória brasileira. “Assim se arrancou uma árvore exótica que havia durado aqui, sem raízes profundas, 67 anos, e se implantou o novo regime” (Basílio de Magalhães, *HB*, 1957, p.136). A visão de Magalhães é bem mais favorável à proclamação da República que a de Helio Vianna, o que pode ser notado quando comenta da pena *fulgurante* de Quintino Bocaiúva e menciona Silva Jardim, um republicano radical. Ele destaca também o ideal democrático que pairava sobre o país:

“Constituída por crescido número de cultos e influentes patricios nossos, a nova agremiação política, graças à pena fulgurante de Quintino Bocaiúva, assim como à ardorosa propaganda tribunicia, realizada por Silva Jardim, Lopes Trovão, Coelho Lisboa e alguns outros, já contava, em 1888, 56 clubes em Minas Gerais, 48 em São Paulo, 32 no Rio Grande do Sul e 30 na capital do país e na província do Rio; no restante do Brasil, pela mesma data, só havia 17 clubes, o que prova que o ideal democrático consultou mais adeptos no sul do que ao norte. A pregação de Benjamin Constant na Escola Militar implantou na jovem oficialidade do exército a idéia republicana, para cuja vitória muito concorreram as questões militares.” (Basílio de Magalhães: 1957, 131)

O trecho demonstra como há uma associação entre democracia e república, para Basílio de Magalhães. Já Vianna extingue democracia de seu vocabulário, palavra que

sequer aparece em seu livro. Quando autor menciona a Proclamação da república, em nenhum momento usa o termo democracia:

“Processou-se a organização do regime republicano, inicialmente, mediante uma Proclamação do Governo Provisório estabelecido a 15 de novembro de 1889, na qual anunciava a sua instauração, sob a forma federativa, até que se votasse uma nova constituição.” (Hélio Vianna: 1952, 104).

Refere-se ao novo regime, afirmando que a partir de então haverá um governante eleito pelo povo e uma constituição liberal-democrática. Caracteriza, ainda, a República como presidencialista e federalista, jamais classificando-a como democrática.

Helio Vianna, inclusive, não apresenta a passagem ao Estado Novo como uma interrupção do regime democrático ou um golpe de estado.

“A agitação política dominante em todo o mundo encontrou reflexos no Brasil, através do levante comunista de 1935, prontamente abafado. A sucessão do presidente Getúlio Vargas, que havia sido eleito pela Constituinte, passou a ser disputada em campanha política. Era esta a situação, quando a 10 de novembro de 1937 decidiu o presidente da República oferecer ao país uma outra Constituição, em cujo preâmbulo foi declarado que ‘a crescente agravação dos dissídios partidários’ tendia ‘a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil’.” (Hélio Vianna: 1952, 110)

Na sua ótica, o levante comunista é abafado para acabar com a instabilidade política e Vargas entra no poder para evitar uma guerra civil que estava iminente. Basílio de Magalhães estabelece claramente a diferença entre o Estado Novo e o período democrático, ele também exalta as tradições liberais a que o país retorna, depois que o conflito mundial acaba:

“Terminada a 2ª Grande Guerra com a vitória das potências democráticas, perante estas ficaria o Brasil em patente inferioridade moral, se, desobedecendo às suas gloriosas tradições liberais, continuasse sujeito a um governo caudilhesco. Em fins de 1943, o eminente brasileiro Artur Bernardes e seus mais destacados companheiros de ideais políticos, dirigiram “Ao povo mineiro” um manifesto, conclamando-o a unir-se “acima de ressentimentos, interesses e comodidades”, “a fim de que, pela federação e pela democracia, possam todos os brasileiros viver em

liberdade, respeitados e estimados pelos povos irmãos da América e de todo o mundo.” (Basílio de Magalhães: 1957, 167)

Em relação à idéia de nação, nos dois autores ela vai se esboçando a partir da declaração de Independência de Brasil com Portugal: “Os patriotas, especialmente no seio das lojas maçônicas, trabalhavam com afincos para que rompessem o mais depressa possível os laços que nos prendiam a Portugal” (Basílio de Magalhães: 1957, 13). Para Magalhães, o conceito de nação também está ligado ao patriotismo. Ao longo do livro de Basílio de Magalhães, o conceito de nação vai se formando e se tornando mais forte, a ponto de o autor grafar pátria com letra maiúscula, quando se refere ao “engrandecimento” do país com a Constituição de 1946: “Da leitura da Constituição promulgada a 18 de setembro de 1946 infere-se que os que a elaboraram puseram de parte ideologias partidárias, a fim de encararem exclusivamente o engrandecimento sinérgico da *Pátria* (grifo meu) brasileira.” (Basílio de Magalhães: 1957, 168). A palavra pátria passa a ser usada, a partir deste trecho, com mais frequência para se referir à nação. É como se precisasse ser exaltada à medida que os fatos narrados estão próximos ao autor.

No caso de Vianna, o conceito de nação também vai se firmando com o desenrolar dos acontecimentos no Brasil. A diferença em relação a Magalhães é que a idéia de nação ganha maior ênfase no começo do Estado Novo e não com a democratização pós-Estado Novo:

“Era esta a situação, quando a 10 de novembro de 1937 decidiu o presidente da República oferecer ao país uma outra Constituição, em cujo preâmbulo foi declarado que “a crescente agravação dos dissídios partidários” tendia “a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil.

“O novo estatuto constitucional, imediatamente posto em vigor, embora apenas parcialmente, caracterizava-se pelo fortalecimento da centralização administrativa e das atribuições conferidas ao chefe do Poder Executivo. Muitas eram as alterações que visava proporcionar à organização nacional. Mas, como em quase oito anos não receberam nem mesmo um começo de execução (quanto ao Poder Legislativo, por exemplo) – não há necessidade de mencioná-las.” (Hélio Vianna: 1952, 110).

A palavra nação é grafada com letra inicial maiúscula, como se nesse período esta tivesse entrado na sua maioria. É possível observar, então, indícios do pensamento conservador de Helio Vianna que destaca a formação da nação justamente no início de um período autoritário ao mesmo tempo que não trata do tema democracia.

O conceito desenvolvimento é o que apresenta menos divergências nos dois livros. Ambos associam desenvolvimento à evolução econômica, tanto no comércio, como na agricultura e na indústria.

Vianna ressalta a importância da industrialização em tempos modernos:

“O desenvolvimento das atividades industriais brasileiras, sensível sob o Segundo Reinado, avolumou-se depois da Proclamação da República. Tornou-se assim o Brasil um dos países em que o movimento da industrialização é o mais notável, nos tempos modernos. Como coroamento dessa transformação, evidenciada pelo fato de ter a nossa produção fabril sobrepujado o valor da nossa produção agrícola, ao contrário do que acontecia até há pouco dirigiu o Brasil os seus esforços para a consecução do estabelecimento de uma indústria pesada, desenvolvendo previamente a siderurgia nacional.” (Hélio Vianna: 1952, 116)

Basílio de Magalhães trata também da importância da agricultura: “O portentoso progresso de São-Paulo, cuja, “terra-roxa” se tornou o habitat predileto do cafeeiro, é, sem dúvida, uma prova inofismável da ‘civilização do café’”. (Basílio de Magalhães: 1957, 117). O autor não deixa de ressaltar a indústria a partir de uma referência histórica bastante conhecida: “Irineu Evangelista de Souza (barão e depois Visconde de Mauá) foi o homem dínamo do segundo reinado. Se Pedro II tivesse contado com o concurso de meia-dúzia de empreendedores da envergadura do extraordinário gaúcho , muito maior houvera sido a prosperidade econômica do Brasil”. (Basílio de Magalhães: 1957, 117).

Uma valorização da indústria que reflete a relevância do tema na década de 1950, quando o autor escreve. Em comum, os autores tem o fato de tratarem o desenvolvimento como uma espinha dorsal fundamental para que o país dê certo.

### **Anísio Teixeira**

Completando o panorama do ambiente político-intelectual da década de 1950, que pode ser observado nos livros didáticos com os conceitos estudados, partimos para a

análise da obra de Anísio Teixeira [**Educação não é privilégio**. 6 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. e “A educação e a unidade nacional” , “A crise educacional brasileira” e “Padrões brasileiros de educação e cultura” In: **A educação e a crise brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956].

Com a continuidade do trabalho realizado no ano passado, as conclusões se confirmaram. Para o autor, a democracia e a educação são indissociáveis. A educação é essencial para que se estabeleça uma sociedade democrática sem qualquer tipo de privilégio. Para isso, a reforma do ensino, que Teixeira tanto defende em suas obras, seria fundamental, com uma melhoria da educação quantitativamente (número de alunos matriculados) e qualitativamente. Para ele, a sociedade poderia sim ser hierarquizada nas ocupações, mas teria que ser desierarquizada socialmente. Os indivíduos deveriam ser educados para o trabalho sendo distribuídos pelas ocupações conforme o próprio mérito não de acordo com sua posição social ou riqueza. O ensino não deveria, então, ser voltado para as elites já que é um direito de todos.

O sistema educacional dessa sociedade, que tem uma democracia em formação, se reformulado pode propiciar características fundamentais ao país:

“A reconstrução educacional da *nação* (grifo meu) terá de fazer-se com essa liberdade e esse respeito pelas suas condições, como afirmação suprema de nossa confiança no Brasil, a cujo o povo, hoje unificado e enérgico, devemos entregar, com o máximo de autonomia local, a obra de sua própria formação” (Anísio Teixeira: 1994, 74).

Teixeira ressalta também que o desenvolvimento dessa nação recém-democrática não pode estar ligado apenas à questão econômica: “O Brasil está a fazer agora sua revolução industrial, melhor diríamos tecnológica” (Anísio Teixeira: 1956, IX), mas faz a ressalva “nem tudo, convém notar, foi e está sendo progresso moral, progresso social, em proporção dos progressos materiais realizados e do aumento do poder alcançado” (Anísio Teixeira: 1956, IX). Segundo ele, para que isso ocorra (isto é para o desenvolvimento ser pleno e positivo) é necessário fazer a reforma agrária e a da educação. “Não podemos continuar a crescer de modo por que estamos crescendo, porque isto não é crescer, mas dissolver-nos,” observa o autor (Anísio Teixeira: 1956, XVII).

O conceito de nação para ele não está em oposição a uma descentralização administrativa das escolas. Segundo ele, a diversidade da cultura brasileira não é uma

ameaça a unidade da nação e precisa estar refletida nas escolas. Teixeira afirma que é um erro de certos grupos defenderem a cristalização da cultura brasileira. “Não serão instituições que promoverão a sua unidade, mas, o próprio pensamento e sensibilidade da Nação, expresso pelas suas artes e letras, por intermédio do povo e de seus intelectuais.” (Anísio Teixeira: 1956, 8).

No pensamento de Anísio Teixeira, a educação é formadora de uma democracia, ao mesmo tempo em que a democracia só é plena se todos os cidadãos recebem uma educação de qualidade, que os tornem aptos a ingressar no mercado de trabalho. O desenvolvimento do país, por sua vez, depende dessas duas outras características e não apenas da industrialização e do progresso material. Assim, seguindo esses preceitos é possível chegar a uma nação que pode e deve prosperar, o que não significa necessariamente uma centralização administrativa. O fortalecimento demasiado do poder central no que diz respeito à educação só faz atrapalhar a rica diversidade cultural do país.

## Referências

**Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. v. 5.

FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JAGUARIBE, Hélio. Que é o ademarismo? Cadernos do Nosso Tempo, n. 2, jan.-jun. 1954.

JASMIN, Marcelo e FERES JR., João. (Orgs.) “Entrevista com Reinhart Koselleck” In: **História dos conceitos: debates e perspectivas.** Rio de Janeiro: PUC/Loyola, 2006

JASMIN, Marcelo. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20, nº 57, fevereiro/2005.

KOSELLECK, R. **Futuro passado.** “História dos conceitos e história social”, “Modernidade: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade” e “Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas” “O futuro passado dos tempos modernos”. In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006. 368p.

KOSELLECK, R. “Uma história dos conceitos” In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n 10, 1992, p. 134-146.

MAGALHÃES, Basílio de. *História do Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1957.

MORAES, Reginaldo et al. “Teoria e ideologia no ISEB” In: **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.p225-254.

POCOCK, J.G.A. “O estado da arte”. In: **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003. 452p.

**Revista da Bahia-Anísio Teixeira - educador do Brasil**. Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo do Governo do Estado da Bahia, 2000.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. 6 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 253p.

TEIXEIRA, Anísio. “A educação e a unidade nacional”, “A crise educacional brasileira” e “Padrões brasileiros de educação e cultura” In: **A educação e a crise brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. 420p.

FILHO, Luís Vianna. **Anísio Teixeira: A polêmica da educação**. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

VIANNA, Helio. **História do Brasil para o terceiro ano colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.